



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gestão de Políticas Sociais

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

O trabalho do assistente social na política de assistência social: a gestão de políticas sociais

SORAYA DE PAULA GARCIA DE CAMPOS

Resumo: A proposta deste artigo é trazer para debate o campo ocupacional da gestão de políticas sociais para o profissional assistente social. No primeiro momento será falado sobre a política social e a política de assistência social – PAS para em seguida adentrar brevemente a discussão sobre a gestão de políticas sociais como espaço ocupacional e enfim abordar as contribuições do trabalho do assistente social neste meio. A metodologia da pesquisa foi revisão bibliográfica. Os principais resultados identificados são a necessidade do fortalecimento do SUAS e de reconhecer a gestão de políticas sociais como espaço de trabalho para o assistente social.

Palavras-chave: Gestão de Políticas Sociais; Assistente Social; Trabalho Profissional.

Abstract: The purpose of this article is to bring to the discuss the occupational field of social policy management for the professional social worker. In the first moment will be talked about social policy and social assistance policy to then briefly enter the discussion on the management of social policies as occupational space and finally address the contributions of the work of the social worker in this environment. The methodology of the research was bibliographic review. The main results identified are the need to strengthen SUAS and to recognize the management of social policies as a work space for the social worker.

Keywords: Social Policy Management; Social Worker; Professional work.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da participação da discente na disciplina “Gestão de Política Social: perspectivas atuais” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da



Universidade Estadual de Londrina. A opção pela temática foi complementar a proposta de dissertação de mestrado intitulada “Elementos Norteadores do Trabalho do Assistente Social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social em Londrina-PR”.

Para iniciar a discussão acredita-se ser necessário introduzir o tema falando sobre as políticas sociais e a política de assistência social. Posteriormente serão abordados aspectos da gestão de políticas sociais para enfim chegar às contribuições do assistente social na gestão pública.

Ressalta-se que a Assistência Social ser considerada como direito do cidadão foi um imenso avanço através da Constituição Federal de 1988. Posterior a isso surgiram outras leis para operacionalizar e estruturar a Política de Assistência Social e ainda é um desafio esclarecer que é um direito social e uma política social, não um favor.

Nesta política a gestão tem se colocado como espaço de trabalho para os assistentes sociais, que precisam se apropriar para garantir este espaço de trabalho, uma vez que se entende que o trabalho do assistente social neste campo sócio ocupacional possibilita muitas contribuições, sobretudo, no que diz respeito ao conhecimento e atendimento às necessidades da população usuária dos serviços sócio assistenciais.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A origem das políticas sociais está relacionada à necessidade de manutenção da reprodução da força de trabalho em um contexto de controle da classe trabalhadora para evitar conflitos e resistência. Nesta sociedade capitalista as políticas sociais também surgiram para manutenção da ordem social e para garantir o acesso a direitos mínimos da população. Isso vem reforçando a ideia de um Estado Mínimo com políticas que oferecem os mínimos sociais, apenas para sobrevivência daqueles que não conseguem suprir suas necessidades com os próprios meios.

Na formulação das políticas sociais as propostas e as demandas sociais transformam-se em legislações, programas e propostas de ações. Assim, a formulação de leis envolve a busca por soluções para as demandas elencadas como prioritárias. (JANNUZZI, 2011, p. 262)

Considera-se que as políticas sociais no Brasil passaram por alterações significativas na década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal em 1988 que permanece em vigência até os dias atuais. Essas alterações possibilitaram um giro na concepção do direito, e como diz Draibe, proporcionou novos parâmetros e critérios para destinação de recursos



públicos, reforçando o papel do Estado como regulador do social. (apud JACCOUD, 2009, p. 62)

Contudo, explica-se que as políticas sociais como estão desenhadas na contemporaneidade tem operado visando atendimento de necessidades imediatas da população usuária, não tem sido privilegiado um trabalho político de construção e debates frente a esta conjuntura, o que vem favorecer, segundo Yazbek (2016, p. 10) para a manutenção e controle da condição atual e para legitimação do Estado, neste sentido, cria-se a ilusão que as precarizações relacionadas diretamente à pobreza seriam resolvidas com este modelo de política social em vigência.

Aproximando a discussão da Política de Assistência Social, que desde a Constituição Federal é considerada como política pública sendo estruturada em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e aprimorada com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004.

Cabe reforçar que é política é se constitui dever do Estado e direito da população. Mesmo com todo o histórico de luta para o reconhecimento da assistência social para além do assistencialismo e da caridade, ainda hoje permanece uma perspectiva que a considera como voluntarismo e filantropia, ainda mais sobre a população que não tem o conhecimento sobre seus direitos. Neste sentido, cabe todo um trabalho dos profissionais que atuam nesta área em politizar o público atendido, afirmando a todo o momento que todos os projetos, serviços e benefícios no âmbito desta política são direito do cidadão que como consta na CF 1988, dela necessitar.

Neste sentido, exige um esforço por parte dos que planejam, executam e avaliam esta política de realizá-la de forma cada vez mais profissionalizada, alcançando as pessoas que necessitam do atendimento e buscando cumprir sua função enquanto direito social.

Porém, deve-se buscar garantir sua responsabilidade e gestão por órgãos públicos, relacionando as ações planejadas pelo Estado, que operem e regulem as funções da política de assistência social, com recursos humanos públicos, com criação e fortalecimento de espaços de gestão democrática que tenham representação da sociedade civil, buscando efetivar um modelo público de política nacional. (SPOSATI, 2009, p. 16-19)

A Política de Assistência Social é um modelo brasileiro de política e de proteção social não contributiva que compreende o indivíduo como cidadão usuário dos serviços e benefícios, e não mais como o assistido que era beneficiado pelas ações assistencialistas. Isso exige um novo perfil a ser adotado pelos gestores da política, de modo a garantir o acesso das pessoas a este direito do cidadão, através de implantação de planos, programas e projetos do Estado, para através disso viabilizar a execução da proteção social.



Na política cabe ressaltar que com a CF 1988 houve avanços no âmbito de sua gestão, neste sentido aponta-se a proposta de descentralização e de participação popular. Segundo Jaccoud (2009, p.78) a participação popular abrange outros atores sociais e os inclui em processos decisórios, avaliando e deliberando quanto a implementação da política e no controle das ações estatais. Salienta-se a importância dos conselhos neste processo, que favorece a participação, o controle e a deliberação acerca dos recursos públicos destinados a implementação de políticas sociais. Os conselhos são entendidos neste contexto como parte do processo de gestão das políticas sociais e obrigatório nos municípios para que estes recebam recursos da união.

Com a contribuição de Couto (2009, p. 206-207) aponta-se a importância da consolidação da PAS como sistema único, com a oferta permanente e sistemática de serviços e benefícios através de rede constituída e integrada, tendo padrões de qualificação e pactuação envolvendo o planejamento, financiamento e avaliação. Reforça-se que a oferta dos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS afirmam o Estado como responsável pela oferta desta política social.

Em 2005 foi implantado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS para organizar a estruturação da assistência social e constituiu-se um imenso avanço para política social garantindo a participação do Estado e criando instrumentos de gerenciamento e monitoramento das ações da política. Ainda, salienta-se a importância das normativas que regem e orientam esta política social sendo a LOAS (1993), a PNAS (2004) a NOB/SUAS (2005), NOB/RH SUAS (2006) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

A gestão do SUAS é essencial para garantir sua consolidação como política social pública e a utilização de ferramentas gerenciais e de profissionalização requer um novo perfil profissional, comprometido com a execução das ações, garantindo o acesso da população aos direitos sociais. Este perfil exige qualificação permanente para superar a lógica voluntarista. (COUTO, 2009, p. 216) Neste momento será tratado a respeito da operacionalização da gestão de políticas sociais como espaço sócio ocupacional para profissionais como o assistente social.

3 A GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL



Neste momento será apresentada revisão de literatura sobre a Gestão de Políticas Sociais. Primeiramente serão apontadas as contribuições de Filgueiras (2009, p. 133) que considera que a gestão social diz respeito à gestão de políticas públicas e estas políticas estão relacionadas à determinada demanda social e as alternativas de enfrentamento das situações colocadas para intervenção estatal. Para isso, os gestores utilizam ferramentas para análise das dificuldades a serem trabalhadas, que favoreçam o conhecimento da realidade, o planejamento e a execução dos programas, além da produção de materiais informativos sobre o processo gerenciado.

Ainda segundo Filgueiras (2009, p. 134) este espaço busca o desenvolvimento social e é o campo do conhecimento que contribui para entender a multiplicidade do desenvolvimento social, os fatores associados, as opções políticas e a aplicação prática. O campo da gestão de políticas tem como intenção relacionar os recursos alocados nas políticas sociais, com os programas e os resultados a serem alcançados.

Para Filgueiras (2009, p. 137) os atores envolvidos devem considerar os diversos projetos e as intenções em jogo, além das relações de força e poder presentes nos espaços de gestão pública. Neste sentido, considera-se que no espaço da gestão, como em outros espaços de trabalho, se apresentam diferentes projetos sociais em disputa e o profissional que atua neste campo necessita posicionar-se politicamente.

Outra característica crucial a ser ressaltada quando se pensa no espaço da gestão de políticas é o alcance de resultados. Desta forma, os envolvidos na gestão tomam decisões orientadas a agregar valor à execução das políticas públicas, buscando ao final do processo obter alterações efetivas na situação da população usuária dos serviços, criando oportunidades para garantir valor público para os programas desenvolvidos e ainda “Faz-se cada vez mais necessária à aplicação de práticas de gestão que permitam intensificar a eficiência interna e o impacto externo dos programas.” (MOKATE; SAAVEDRA; CORTÁZAR apud FILGUEIRAS, 2009, p. 137).

A gerência social implica a combinação de valores, conhecimentos e práticas. Várias funções são atribuídas aos gerentes sociais buscando alcançar resultados que gerem impactos na realidade dos indivíduos, sendo estas funções estratégicas e operativas. (LICHA, 1999 apud FILGUEIRAS, 2009, p. 138)

Segue algumas funções estratégicas: monitorar e interpretar o contexto organizacional, político e socioeconômico; identificar oportunidades; estabelecer prioridades; representar a organização; coordenar atividades; tomar decisões sobre objetivos, metas e prioridades; escolher alternativas de ação; designar responsabilidades, entre outras. Já algumas das funções operativas dizem respeito a preparar, justificar, negociar e administrar o orçamento; administrar os recursos materiais; supervisionar e dirigir o trabalho realizado; avaliação,



entre outras. Contudo, pontua-se que as ações desenvolvidas na gestão social são variáveis de acordo com o cargo e a organização da instituição. (FILGUEIRAS, 2009, p. 138-139)

Filgueiras (2009, p. 140) aponta que a gestão apresenta cinco âmbitos que variam em desempenho de tarefas e funções sendo estas a área da organização, a direção, a programação, o monitoramento e a avaliação. E ainda requer habilidades e competências, dentre as quais se menciona: atuar estrategicamente; buscar inovar; promover articulação social e consensos; liderança; comunicação; competência técnica; ter conhecimentos específicos; fazer análise rigorosa e sistemática dos aspectos das intervenções. (FILGUEIRAS, 2009, p. 140)

Aponta-se que diante desta diversidade de habilidades, competências e funções há um leque de desafios que se colocam ao gestor social. Ainda, cabe considerar que há diversidade nos espaços ocupacionais relacionados à gestão e em cada um destes vai interferir no trabalho realizado pelo profissional.

A gestão social no cumprimento de seus objetivos requer um conjunto de ferramentas e recursos tendo em vista orientar as ações, sendo os mais utilizados a análise do ambiente, dos atores envolvidos, das problemáticas; planejamento estratégico; instrumentos de elaboração de projetos e programas; monitoramento e avaliação; técnicas de administração de conflitos e de negociação. (CKAGNAZAROFF, 2004 apud FILGUEIRAS, 2009, p. 142)

Cabe destaque a produção de diagnósticos como ferramenta crucial para a prática da gestão, pois estes diagnósticos vem subsidiar a tomada de decisões, a análise das demandas, a eleição de prioridades, a formulação de programas e sua implementação, ou seja, é essencial para o processo de planejamento e gerenciamento de políticas sociais (FILGUEIRAS, 2009, p. 150)

Com as contribuições de Couto (2009, p. 214) para a gestão pública é essencial o diagnóstico da realidade social sobre o qual a política deverá planejar as intervenções. Este diagnóstico pode estar embasado em banco de dados como do IBGE, do SUAS WEB, entre outros, pois segundo a autora “Quanto maior for a possibilidade de acertar na análise prévia da realidade, maior é a chance de acertar nas respostas construídas.”. Ou seja, é fundamental orientar a gestão com dados levantados sobre a realidade social e realizar estudos que devem ser contínuos.

Jannuzzi (2011, p. 261) vai trazer a discussão acerca do ciclo de políticas e detalha com os seguintes passos: levantamento de problemas e demandas sociais que irão definir a agenda pública a partir da percepção das questões públicas. Após isso, é realizada a formulação de diagnóstico e feito o desenho dos programas; partindo posteriormente para tomada de decisões e definição do público-alvo. Com este processo decisório parte para o procedimento de implementação através da oferta de serviços, posteriormente vem à fase



de avaliação de resultados e impactos que provocam a tomada de decisões para reiniciar o ciclo das políticas.

Nesta esteira, apresenta-se como ferramenta essencial para a gestão de políticas sociais os processos de avaliação. A avaliação pode acontecer e permear todas as fases da gestão e está relacionada a diversos elementos. Busca levantar informações úteis para aprimorar as ações governamentais. Considera-se a avaliação relevante, a qual deve ser contínua e permanente, permitindo melhorar o desempenho em qualquer momento seja do planejamento, execução ou à fase final de avaliação dos resultados obtidos. (CARVALHO, 2001, p. 61-63)

Nos momentos em que são realizadas as avaliações, analisa-se também a viabilidade do projeto e das propostas criadas, entre outras questões. Cabe reforçar que a avaliação deve ser realizada nos diferentes momentos que compõem a gestão pública, podendo também ocorrer simultaneamente a outras fases do processo.

Após estas considerações, a seguir será apresentada uma aproximação com as contribuições do assistente social nos espaços de gestão de políticas sociais.

4 A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

No exercício profissional do assistente social o planejamento é parte do trabalho profissional e pode-se vislumbrar enquanto estratégia de intervenção na realidade social, cabendo buscar uma atuação pautada nos princípios do projeto profissional, de forma comprometida com os usuários e suas demandas. O planejamento deve ser inerente ao trabalho do assistente social em suas diversas áreas de atuação, assim como a sistematização, que deve contemplar todas as atividades realizadas pelo profissional, buscando a organização, o levantamento de dados e de informações referentes à realidade onde se dá sua intervenção. O trabalho do assistente social está pautado nos direcionamentos expressos em seu Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662 de 07 de Junho de 1993). Neste último documento encontram-se as competências e atribuições privativas do assistente social, cabe mencionar que dentre suas competências e habilidades encontramos algumas que esclarecem e descrevem a capacidade do profissional em contribuir com a gestão de políticas públicas, cita-se:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;



II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. (...) (BRASIL, 1993)

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; (...) (BRASIL, 1993)

Porém ainda cabem estudos sobre o trabalho do assistente social na gestão pública, uma vez que característica comum ao profissional é que este se reconhece como assistente social no atendimento direto ao usuário, sendo assim, comumente os profissionais não se reconhecem quando ocupam os campos ocupacionais afetos à gestão. Contudo, este é um campo de trabalho em crescimento e necessita de apropriação pelo profissional para não perder espaços de trabalho.

Cabe mencionar, o compromisso ético que deve estar presente em todo trabalho realizado pelo assistente social, baseado na Resolução CFESS nº273 de 13 de março de 1993 que institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Assim, sendo uma profissão que atua diretamente com o campo social necessita basear-se em sólida dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

As possibilidades para contribuição do assistente social no campo da gestão de políticas sociais são diversas, principalmente no que diz respeito à sua formação profissional, que proporciona a análise macroscópica diante do contexto desta realidade social e a capacidade que o profissional tem de aproximar-se das demandas, buscando superar a aparência dos fenômenos, identificando as determinações sociais, econômicas e políticas que se apresentam nas situações postas a sua intervenção. E como aponta Couto (2009, p. 214) o trabalho profissional tende a favorecer a análise das situações conforme suas determinações e não como problema individual, particular ou grupal.

O assistente social tem competência técnica e política para trabalhar na gestão de políticas sociais e utilizar deste espaço para tomada de decisões e eleição de prioridades que atendam de maneira eficiente e satisfatória a população, favorecendo o acesso dos usuários aos seus direitos sociais.

A título de esclarecimento, serão mencionadas algumas concepções que são importantes ao considerar o trabalho na gestão pública que vem favorecer o atendimento as necessidades da população, sendo a intersetorialidade, o trabalho em rede, a territorialização e o trabalho interdisciplinar.

Com relação à intersetorialidade pontua-se que para algumas ações de gestão deve-se considerar esta premissa, envolvendo outros atores políticos e sociais, articulando ações



com as políticas de saúde, trabalho, educação, habitação, entre outras. Neste sentido, explica-se que a intersectorialidade é uma estratégia importante, ainda mais como princípio organizativo da assistência social. A intersectorialidade possibilita à articulação entre as políticas sociais, pois intervindo individualmente não se alcançará a integralidade de demandas dos sujeitos usuários das diversas políticas setoriais e a partir disso, não responsabilizar um segmento pela resolução das situações que estão apresentadas. Assim, cabe considerar que as políticas são processuais e transversais em relação complementar uma com a outra. (SPOSATI, 2009, p. 45-46)

Outra estratégia que cabe aproximação é o trabalho em rede. O trabalho em rede não diz respeito à junção das entidades existentes nos territórios, mas segundo aponta Couto (2009, p. 215-216) é a “pulsção conjunta das respostas articuladas para enfrentamento das desigualdades sociais identificadas” e “conjugação de um sistema disponível para o enfrentamento das refrações da questão social”. A importância do trabalho em rede está na articulação conjunta para dar respostas e encaminhar as demandas de determinado local, exigindo trabalho sincronizado e direção estatal.

Quanto ao território, este não é só onde é realizado o trabalho profissional ou implantados os serviços, mas é o espaço onde os indivíduos usuários das diversas políticas públicas vivem. O território é o espaço de vida das pessoas, onde se expressa sua cultura, suas potencialidades, mas também suas fragilidades. Neste sentido, explica-se que ao considerar o território este pode ser fonte de proteção e/ou de desproteção. É o lugar onde se expressam contradições e resistências, permeado por dimensão política reconhecendo a heterogeneidade das formas de vida, suas referências e seus hábitos. No território é onde residem as famílias. (COUTO, 2009, p. 215; SPOSATI, 2009, p. 44)

Ainda cabe reforçar que o Serviço Social como profissão em seus mais diversos campos sócio ocupacionais executa estrategicamente trabalho interdisciplinar com outras profissões, compondo em muitos locais equipes multiprofissionais, não sendo diferente em espaços de gestão pública. Este tipo de trabalho favorece a articulação de saberes para complementar e atender os usuários em suas múltiplas demandas.

Quando falamos do espaço de trabalho na gestão de políticas sociais apontam-se exigências de produtividade, eficiência, prazos e rotinas que requisitam aos profissionais a apropriação de conhecimentos e habilidades técnicas e políticas. O profissional desenvolve habilidade para construção de diagnóstico sócio territorial, leitura de contextos sociais, políticos e institucionais; capacidade de diálogo e de comunicação; saber convencer e negociar; definir, delegar e cobrar responsabilidades; agilidade para avaliar e propor mudanças; motivar e articular os atores; saber reconhecer e dar visibilidade ao projeto e aos resultados alcançados.



No âmbito da gestão da Política de Assistência Social – PAS muitos são os desafios e as possibilidades. Comumente o assistente social tem sido designado a assumir a coordenação do trabalho e a gestão das equipes que atuam em diversos serviços tipificados na assistência social. Acredita-se que isto ocorra pelo modo como este profissional analisa a realidade social e por sua competência ao realizar ações de planejamento e intervenção.

Como mencionado muitas são as requisições feitas ao profissional que trabalha em espaços de gestão e na PAS identificam-se alguns que são mais recorrentes como: criar meios para efetivar a PAS; ter conhecimentos sobre a gestão financeira; realizar gestão do Fundo de Assistência Social; mapear, qualificar, monitorar e avaliar os programas, os projetos, os serviços e os benefícios assistenciais; fazer gestão da informação; realizar gestão do trabalho; determinar o alinhamento das ações realizadas pela PAS; o gerenciamento de sistemas de informação; elaboração de relatórios de gestão para prestação de contas; realizar pactuações para execução dos serviços tipificados, entre outras.

Ainda cabe ressaltar as contribuições do profissional ao participar de instancias de controle social como os conselhos de políticas públicas ou de direitos. Neste sentido, explica-se que essa participação favorece a transparência das ações realizadas e do uso dos recursos públicos, fortalece a rede sócio assistencial e possibilita a democratização dos espaços decisórios. Deste modo, pontua-se que o exercício profissional em espaços de gestão pública incide na implementação e execução das políticas sociais nas diferentes esferas de financiamento.

Contudo, um risco que se corre nos espaços de gestão de políticas sociais é ser catalisado enquanto ator político pelo processo em cena, uma vez que, existem diferentes projetos políticos em disputa nos espaços de gestão, que colocam em xeque toda a construção social referente os direitos da população. E esta é uma cilada que se pode ocorrer, uma vez que a demanda de trabalho é intensa e seu enfrentamento exige constante avaliação política e econômica. Como aponta Yazbek (2016, p. 10) corre-se o risco de não termos política, mas apenas administração e que esta pode ser de alta qualidade técnica. Ou seja, como explica a autora “Risco que corremos: sermos bons gestores despolitizados.” (YAZBEK, 2016, p. 10)

Por fim, entende-se que o profissional devido à natureza de seu trabalho pode efetivar seu exercício profissional de diferentes formas, sendo precisamente crucial que este oriente seu trabalho conforme os direcionamentos que constam nas legislações profissionais e busque desenvolver estratégias e habilidades para cumprir as diversas funções que são possíveis no âmbito da gestão de políticas públicas.



5 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considera-se que ainda é um desafio para os profissionais que operam e gerenciam a política de assistência social confirmar a todo o momento que esta política social é um direito do cidadão e que sua oferta é dever do Estado. Neste sentido, acredita-se que cabe reforçar a importância de ações estatais na operacionalização e implantação desta política social. Outro desafio que se refere à política é ampliar o atendimento, deixando de ser focalizado, seletivo e em contrapartida. Sobretudo no momento político e econômico de crise que vivenciamos, em que desmontes nas políticas sociais vem acontecendo, deve-se envolver outros atores e fortalecer a luta pelo SUAS.

A gestão das políticas sociais é um espaço sócio ocupacional que requisita determinadas funções, competências e habilidades do profissional. Entende-se que o assistente social é um dos profissionais que ocupam este espaço ocupacional, que já é legitimado em meio à categoria profissional. De qualquer forma, o fato dos assistentes sociais se reconhecerem hoje majoritariamente no atendimento direto ao usuário vem se colocando como um grande desafio no reconhecimento da gestão como espaço de trabalho para o Serviço Social. Muito embora a lei de regulamentação abarque com clareza as ações afetas a este campo ocupacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.662. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.** Brasília, 7 de junho de 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Avaliação de projetos sociais.** In: Gestão de projetos sociais. 3ª ed., São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 59 – 89.

COUTO, Berenice Rojas. **O sistema único de assistência social: uma nova forma de gestão da assistência social.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. P 205-218

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Gestão estratégica de programas sociais.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. P.133-156



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. P. 57-86

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil**: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, nº 36, 2011.p 251-275

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de Proteção social não contributiva**: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p.13-56

YAZBEK, Maria Carmelita. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social**. *Argumentum: Vitória*. v. 8, n.1, jan./abr, 2016, p. 6-13.